

# Copa do Mundo de 2014: como fica o seu legado?

**C**om a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014, a população, o poder público e os empresários concordam que, além de ser um legado para a sociedade, trará um aumento na visibilidade internacional e na autoestima do povo brasileiro.

Realizaram-se intensas negociações políticas, primeiro para trazer o evento ao país e, em seguida, para a seleção das cidades-sede dos jogos. Das 18 candidatas, 12 foram escolhidas – Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

No entanto, essa etapa foi a mais fácil do campeonato. Para atingir o objetivo de sediar a Copa de 2014, o país assumiu compromissos de melhoramentos em infraestrutura, que vão exigir pesados investimentos, responsabilidade e competência administrativa e gerencial. Esses são os pré-requisitos que o país fica obrigado a cumprir. E cada vez mais na história das Copas, a Fifa vem aumentando a sua capacidade de fiscalização e cobrança. Prazeres e qualidade serão requisitos básicos.

Caso o país escolhido não os cumpra, fica sujeito a multas e sanções que comprometerão todo o esforço feito para a sua conquista, acompanhado de perda de prestígio internacional e abandono de grandes oportunidades de negócios e turismo. O calendário da Fifa prevê que, até janeiro de 2012, é possível a mudança do país-sede caso haja descumprimento das exigências, mas essa é uma hipótese impensável para o Brasil. Resta-nos, então, atendê-las.

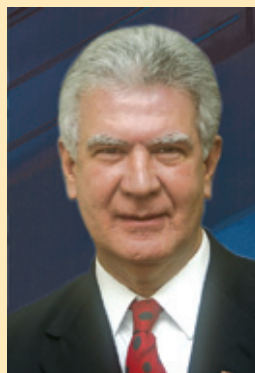
Ao analisar a relação de exigências, verifica-se que se trata de um autêntico programa governamental para muitos anos. Por força desses compromissos, o governo terá de antecipar realizações e alterar prioridades. Deverá mobilizar investimentos públicos e privados. Serão projetos em estádios e, principalmente em infraestrutura. Por outro lado, o evento propiciará desenvolvimento e incremento para vários setores de serviços, como melhoria operacional da infraestrutura, hotéis, mídia, logística, segurança e saúde, entre outros, que demandarão ainda mais recursos públicos e também privados.

Os investimentos em infraestrutura deverão começar na área aeroportuária e na viária. Novos projetos e melhorias terão que ser realizadas para possibilitar o efetivo traslado das delegações, turistas e torcedores locais, de forma rápida e eficiente. Se considerarmos que o transporte aéreo no país encontra-se no limite, com os principais aeroportos já saturados, nota-se que essa etapa exigirá um esforço mais intensificado para sua execução. São esperados mais de 500 000 visitantes estrangeiros, além de um movimento interno de 2 milhões de turistas brasileiros entre as sedes dos jogos.

A infraestrutura viária também deverá ser objeto de atenção prioritária, pois é o facilitador da integração aeroporto-hotel-estádio-pontos turísticos e outras cidades de interesse. O transporte público terá que ser diversificado e eficiente, permitindo essas interligações com segurança e eficiência.

Intervenções e melhorias em saneamento, energia, telecomunicações, rede hoteleira, desenvolvimento de potenciais turísticos, melhorias na rede hospitalar pública e privada e, principalmente,

PALAVRA DO PRESIDENTE



segurança pública deverão ser colocadas em prática. Apesar do adiantado do tempo, ainda não está claro o que será feito, nem como e nem o valor dos investimentos. É urgente que haja um projeto executivo detalhado.

Estima-se que sediar a Copa do Mundo de 2014 custará 100 bilhões de reais. É preciso uma avaliação do grau de aproveitamento local das obras e da infraestrutura e quais delas já estão nos programas governamentais. A partir dessa análise, deve-se fazer o dimensionamento da viabilidade econômica, financeira, logística e ambiental

para que o emprego de capital realizado seja efetivamente utilizado pela população após o evento. Esse é o legado maior que a Copa de 2014 deixará para o Brasil.

Na África do Sul, sede da Copa de 2010, todo o investimento está sendo feito com aportes de recursos públicos, modelo que não seria viável no Brasil. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o grande financiador da infraestrutura brasileira, parece já estar comprometido com uma série de empreendimentos. Os projetos terão de contar com capital proveniente da iniciativa privada.

Portanto, é necessário criar condições para atração desses investimentos. Uma das possibilidades seria a criação de fundos de investimento e participação que permitam ao investidor externo apoiar os projetos e ter seu risco diluído. As expectativas são de que não deverá faltar recursos para realização da Copa, mas as metas são muito ambiciosas. Além disso, é preciso que se estabeleçam os meios e as prioridades, que forneçam as condições para planejar, executar e operar os projetos até a consecução de seus objetivos.

Considerando-se a data da Copa e o calendário político institucional, verifica-se que os prazos já estão muito curtos. Como conciliar as melhores soluções do ponto de vista econômico-financeiro com as exigências da Fifa e os interesses do país? Não seria o caso de concentrarmos os esforços em algumas cidades ou regiões nas quais esses investimentos realmente produzam soluções? As grandes metrópoles, que de alguma forma já realizam esforços contínuos nessas áreas exigidas pela Fifa talvez consigam cumpri-las. Se nelas realizarmos as quotas de investimentos requeridos, permitirão apenas soluções paliativas, tal o grau de defasagem em que o país se encontra. Outras cidades e regiões, porém, mesmo com as quotas a serem investidas, não conseguirão atendê-las, apenas produzirão soluções paliativas. Por essa razão, quanto mais curtos os prazos, mais severas deverão ser as prioridades.

Se continuarmos com o atual estado de perplexidade, deslumbrados com a autorização para realizarmos a Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, mais uma vez se fará tudo às pressas e certamente não estaremos realizando as melhores soluções. O legado não terá grande valor, mesmo que o Brasil venha a ser o vencedor da Copa de 2014.

**Aluizio de Barros Fagundes**  
Presidente do Instituto de Engenharia